

IMAGENS DO NEGRO EM LIVROS DIDÁTICOS ADOTADOS PARA O I TRIÊNIO DO SÉCULO XXI, SEGUNDO INDICAÇÃO DO MEC.

COSTA, Candida Soares da – UFMT

GT: Afro-brasileiros e Educação / n.21

Agência Financiadora: Não contou com financiamento.

Os livros didáticos têm se constituído em fontes inesgotáveis de pesquisa que abordam os mais diversos temas, dentre os quais os estereótipos que eles veiculam e que contribuem para o fortalecimento das desigualdades existentes entre os atores que atuam no cotidiano social (Eco e Bonazzi, 1980; Nosella, 1979). Enquanto principal recurso didático-pedagógico, fazem-se presentes desde os momentos iniciais de escolarização das crianças, que aprendem a percebê-los como legitimadores de “verdades”, freqüentemente concebidas a partir de visões distorcidas acerca dos seres humanos e das relações que estabelecem entre si e entre os grupos.

A presente pesquisa nasceu da observação da importância que os textos visuais, contidos nos livros, têm para os jovens leitores desde os primeiros contados. Percebe-se, através da relação que a criança mantém com o livro que, as imagens costumam se transformar no primeiro objeto de leitura, antecedendo, sem nenhum aparente constrangimento, a leitura do texto verbal, mesmo já em séries mais adiantadas (5ª a 8ª séries). Essa predileção talvez se dê pelas formas e cores utilizadas na construção dessas imagens, de maneira que, muitas vezes, prescindam das palavras, apresentando uma significativa capacidade de atingir diferentes leitores em diferentes níveis perceptíveis e emocionais (Leite, 2001:48) ou, em outras situações, se inter cruzam e se completam (linguagens visual e verbal), configurando discurso que, no contexto social, possibilita ao leitor a construção de sentidos. Enquanto mediação entre os seres humanos e o contexto social, o discurso “(...) torna possível tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que ele vive. O discurso simbólico está na base da produção da existência humana” (Orlandi 2001).

Essa observação mostrou o gosto com que as crianças percorrem cada página de um livro novo recebido, bem como sua inquietação quando, vez ou outra, a quantidade ou qualidade das ilustrações não lhes são satisfatórias, originando comentários do tipo “Não gostei deste livro, tem poucas figuras”. Isso aponta para o poder que os textos visuais exercem no cotidiano em geral e, em particular, no escolar, o que aguçou, nesta pesquisadora, o desejo de, a partir da análise de livros de Língua Portuguesa, adotados para alunos das quatro últimas séries do ensino fundamental, na rede pública estadual, mediante o Programa Nacional do Livro Didático – PNLD – do Ministério da Educação e Cultura – MEC, realizar um estudo que, num recorte sobre relações raciais e educação possa demonstrar, em que pese as muitas denúncias contrárias ao racismo no Brasil, efetuadas por pesquisadores e pelo movimento negro, que culminou com aprovação de leis contrárias a práticas discriminatórias e de propostas pedagógicas voltadas para a inclusão, analisar, em um primeiro

momento, se os livros adotados (sob o emblema de não consumível) para o primeiro triênio do século XXI (2002 a 2004), apresentam mudanças significativas no enfoque, tradicionalmente, dados aos negros ou se continua servindo de suporte às idéias que distinguem negros e brancos a partir de suposta superioridade destes sobre aqueles. Em um segundo momento, verificar como estudantes e professores negros e brancos visualizam as imagens de pessoas que compõem as ilustrações; se há auto-identificação com elas; se os modos como se apresentam continuam reforçando os fatores intra-escolares de exclusão dos alunos negros e se essas imagens influenciam a atuação dos professores e os resultados escolares dos alunos, posto que “(...) a visão que se tem do mundo e de si mesmo projeta-se na atuação do sujeito” (Oliveira, 2003:117). Essa busca se justifica, porque, como afirma Deleuze (1992), “os movimentos mudam, (...) são do tipo inserção numa onda preexistente. Já não é uma origem enquanto ponto de partida, mas uma maneira de colocação em órbita. O fundamental é como se fazer aceitar pelo movimento de uma grande vaga, de uma coluna de ar ascendente, ‘chegar entre’ em vez de ser origem de um esforço”. Nessa perspectiva, a originalidade deste trabalho está na intertextualidade entre livro didático e imaginário professor/aluno, brancos e negros, nos contextos social e escolar.

A opção pelos livros didáticos do PNLD deveu-se à ampla abrangência no país, o que possibilita atingir significativo número de alunos e que, portanto, os caracteriza como exemplares de manuais aprovados pelo governo como material de qualidade para subsidiar o trabalho pedagógico - educativo das crianças brasileira, refletindo o modelo de sociedade pretendido no que se refere à construção das relações a partir da diversidade de raças¹ que constitui o povo brasileiro.

Regina Pahim (1987), analisando trabalhos realizados no período de 1947 a 1986, realizou uma significativa revisão bibliográfica, com vista a “(...) reunir num quadro coerente e sistemático, dados, informações e reflexões sobre a educação de negros que, (...) aparecem dispersos na extensa bibliografia sobre o negro brasileiro”. Nessa mesma revisão, a cerca das imagens veiculadas sobre o negro, ela afirma que:

“Praticamente todos os autores que se dedicaram ao estudo do negro chamam a atenção para as imagens e as representações negativas vigentes na nossa sociedade a respeito desse segmento racial. O negro é desvalorizado, tanto do ponto de vista físico, intelectual, cultural, como moral; a cor /e os traços fenotipicamente negros/ são considerados antiestéticos; a cultura e os costumes africanos são reputados como primitivos; há uma depreciação da sua inteligência e uma descrença na sua capacidade; coloca-se em dúvida sua probidade moral e ética”.

Seguindo essa mesma linha, Hédio Silva Júnior (2002), propõe-se a descrever os “(...) principais aspectos das relações raciais no sistema de ensino”. No que se refere ao livro didático, afirma que o mérito de muitos dos estudos, por ele analisados, está na ‘denúncia ao preconceito, mas que “(...) não observam que na

¹ Termo aqui empregado conforme “(...) o consenso na Sociologia /no qual/ raça é uma construção social, com pouca ou nenhuma base biológica. A raça existe apenas em razão das ideologias racistas. (...) Embora atualmente essas teorias tenham sido desacreditadas pela maioria da comunidade científica, a crença na

interação entre professor e alunos negros e brancos, o que sustentava a discriminação era o imaginário que preservava os lugares sociais da criança negra; e não conseguia orientar crianças brancas para uma atitude menos discriminatória”.

Müller (1999), tratando sobre a importância do livro de leitura na construção da identidade racial brasileira nas primeiras décadas do século XX, aponta situações expressas de desconsideração do negro nos livros didáticos por ela analisados, seja pela atitude de silenciamento sobre questões raciais, seja pelos discursos, através dos quais, negros e mestiços (estes resultados do cruzamento entre negros e brancos) eram abertamente apontados como escórias da nação. Esses discursos, segundo a autora, constituíam “(...) um programa para o ensino público brasileiro”, cuja base se dava no enaltecimento do povo branco, em detrimento dos negros e indígenas, classificados como ‘inferiores’ e ‘indesejáveis’ e que, através da implementação da política do branqueamento (Schwarcz, 1993; Skidmore, 1976), deveriam desaparecer. Esses livros tiveram grande influência na formação do imaginário social do povo brasileiro sobre as questões raciais.

Como cumprimento da primeira etapa deste trabalho, está sendo feita análise dos livros, um inventário minucioso, considerando as seguintes variáveis: cor, visibilidade linguagem, posição das imagens, articulação entre textos visuais e verbais, positividade ou negatividade das imagens discursivas ou visuais.

Para definição das categorias de cor a serem utilizadas, optou-se, inicialmente pelas utilizadas por Teixeira (2003), que utilizou as categorias do IBGE e, com vista a ampliar o debate, ante à dificuldade de classificação dos mestiços em termos raciais, dividiu-se a categoria “pardo” em mulatos e pardos, trabalhando com: branco, preto pardo e mulato, observando que esta designação seria para os negrodscendentes que apresentavam tonalidades de pele mais escuras e pardo para aqueles cuja pele apresenta uma tonalidade também intermediária mais clara.

Essa dificuldade ficou bem evidenciada no Censo Étnico-Racial (2003), realizado, concomitantemente e em parceria, pelas universidades Federal Fluminense – UFF e Federal de Mato Grosso – UFMT, no qual a pergunta aberta de identidade racial ou étnica possibilitou a distribuição percentual de 24 categorias na UFF e 27 na UFMT.

Ante essa complexidade, fez-se necessário repensar essa opção. Isso resultou na escolha de brancos e negros, considerando a mesma concepção do movimento negro² que inclui no grupo negro, os pardos e os mestiços.

Os sujeitos desta pesquisa se constituirão de professores e alunos do ensino fundamental (5ª a 8ª séries) da rede pública estadual.

Nesta pesquisa, utiliza-se abordagem qualitativa, cujos procedimentos eleitos para coleta de dados são: pesquisa bibliográfica, entrevistas individuais com professores e grupo focal com alunos. Insere-se no âmbito dos estudos sobre relações raciais e educação, sob a perspectiva de busca por uma melhor compreensão dos fatores intra-escolares de não inclusão dos negros como cidadãos brasileiros, membros

existência de raças está arraigada nas práticas sociais, atribuindo ao conceito de raça grande poder de influência sobre a organização social” (Telles, 2003:38).

² Telles, 2003:110

integrantes do processo educativo, muito menos como agentes sociais. Isso dificulta, sobremaneira, sua inclusão nos espaços sociais, reconhecidamente valorizados, no que se refere, entre outros, a trabalho (Chaia, 1987), educação (Rosemberg, 1987-1999; Hasenbalg, 1987); Moradia (Oliveira, 1999).

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

ECO, Umberto e BONAZZI. Mentiras que parecem verdades. São Paulo: Summus, 1980.

HASELBAG, Carlos A. Desigualdades Sociais e Oportunidade Educacional: A produção do fracasso. Cadernos de Pesquisa/ Fundação Carlos Chagas, n.º 63. Nov. 1987.

LEITE, Mirian L. Moreira. Morte e a fotografia, In: KOURY, Mauro Guilherme Ribeiro (Org.). Imagem e memória – ensaios em antropologia visual. Rio de Janeiro: garamond, 2001.

MÜLLER, Lúcia. As construtoras da nação – professores primárias na Primeira República. Niterói, RJ: Intertexto, 1999.

NOSELLA, Maria de Lourdes Chagas Deiró. As belas mentiras – a ideologia subjacente aos textos didáticos. São Paulo: Moraes, 1979.

OLIVEIRA, Iolanda. Desigualdades Raciais: construções da infância e da juventude. Niterói: Intertexto, 1999.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Análise do discurso: princípios e procedimentos. Campinas, SP: Pontes, 2001.

PINTO, Regina Pahim. Educação do Negro: uma revisão bibliográfica. Cadernos de pesquisa – Fundação Carlos Chagas – São Paulo, 62, 1987, pp. 3-34.

ROSEMBERG, Fulvia. Relações Raciais e Rendimento Escolar. Cadernos de Pesquisa/ Fundação Carlos Chagas, n.º 63. Nov. 1987.

_____. Expansão da educação infantil e processo de exclusão. IN Cadernos de Pesquisa Fundação Carlos Chagas/ Autores Associados, São Paulo, N° 107, Julho de 1999.

SCHUARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870 – 1930. S. Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SKIDMORE, Thomas E. Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro; trad. Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

Teixeira, Moema de Poli. Negros e Universidade Identidade e trajetórias de Ascensão Social no Rio de Janeiro. RJ: Palas, 2003.

TELLES, Edward. Racismo á brasileira: uma nova perspectiva sociológica. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fundação Ford, 2003.

SILVA Jr, Hédio. Discriminação racial nas escolas: entre a lei e as praticas sociais. Brasília: Unesco,2002.